



**PUBLICADO  
EM SESSÃO**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**ACÓRDÃO N° 1.269/2016**

**(28.9.2016)**

**RECURSO ELEITORAL N° 393-72.2016.6.05.0144 – CLASSE 30  
CARDEAL DA SILVA**

**RECORRENTE:** Valdinice da Conceição. Advs.: Fabrizio Costa de Araújo.

**PROCEDÊNCIA:** Juízo Eleitoral da 144ª Zona/Entre Rios.

**RELATOR:** Juiz Fábio Alexsandro Costa Bastos.

**Recurso eleitoral. Registro de candidatura. Vereador. Ausência de filiação partidária. Indeferimento. Ficha de filiação partidária. Declaração emitida por presidente de diretório municipal. Relatórios extraídos do sistema Filiaweb. Documentos destituídos de fé pública. Produção unilateral. Inaptidão para comprovar a filiação partidária. Súmula TSE nº 20. Desprovimento.**

*Nega-se provimento ao recurso para manter a sentença que indeferiu o requerimento de registro de candidatura, quando os documentos apresentados pela recorrente, porquanto unilateralmente produzidos, não são capazes de comprovar sua filiação partidária no prazo legal.*

Vistos, relatados e discutidos os autos acima indicados,

**ACORDAM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, à unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO**, nos termos do voto do Juiz Relator, adiante lavrado, que passa a integrar o presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 28 de setembro de 2016.

**MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS**

**Juiz-Presidente**

**FÁBIO ALEXSANDRO COSTA BASTOS**

**Juiz Relator**

**RUY NESTOR BASTOS MELLO**

**Procurador Regional Eleitoral**

---

**RECURSO ELEITORAL Nº 393-72.2016.6.05.0144 – CLASSE 30**  
**CARDEAL DA SILVA**

---

## **R E L A T Ó R I O**

Cuida-se de recurso interposto por Valdinice da Conceição contra sentença do Juízo Eleitoral da 144ª Zona, que indeferiu seu pedido de registro de candidatura em razão de ausência de filiação partidária.

Em suas razões, aduz a recorrente que é filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, conforme ficha de filiação e declaração do diretório regional acostadas aos autos, imputando a ausência de seu nome na lista de filiados constante dos assentamentos da Justiça Eleitoral à ocorrência de erros de ordem técnica ou, ainda, equívoco do partido.

Pugna, assim, pela reforma da sentença, para que, regularizada a pendência relativa à sua filiação, seja deferido o requerimento de registro de candidatura.

Instado, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo improvimento do recurso (fls. 54/55).

É o relatório.

---

**RECURSO ELEITORAL Nº 393-72.2016.6.05.0144 – CLASSE 30**  
**CARDEAL DA SILVA**

---

**V O T O**

O registro de candidatura foi indeferido em razão do não cumprimento do requisito da filiação partidária, nos termos do art. 9º da Lei nº 9.504/97.

Da análise dos autos, verifica-se que a sentença guerreada não merece qualquer reforma, uma vez que a recorrente não se desincumbiu de comprovar oportuna filiação ao PT.

Vejamos.

As informações extraídas de sistema oficial desta Justiça Especializada em 23/8/2016 dão conta de que a requerente não está filiada a qualquer partido político (fl. 17).

Com o intuito de comprovar sua regular filiação, a recorrente apresentou, no momento em que fora intimada para suprir as irregularidades detectadas no seu Registro de Requerimento de Candidatura (RRC), ficha de filiação partidária (fl. 10), declaração emitida por dirigente partidário (fls. 30 e 38), relatórios extraídos do sistema Filiaweb (fls. 27/29) e outros documentos dos quais se infere sua filiação ao aludido partido.

Sucedede que a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral e desta Corte Regional consolidou-se no sentido de que tais documentos são inservíveis para a finalidade almejada, pois destituídos de fé-pública, uma vez que foram produzidos unilateralmente.

---

**RECURSO ELEITORAL Nº 393-72.2016.6.05.0144 – CLASSE 30**  
**CARDEAL DA SILVA**

---

Cabe, oportunamente, a transcrição da Súmula nº 20 do TSE:

*Súmula - TSE n. 20 - A prova de filiação partidária daquele cujo nome não constou da lista de filiados de que trata o art. 19 da Lei nº 9.096/95, pode ser realizada por outros elementos de convicção, **salvo quando se tratar de documentos produzidos unilateralmente, destituídos de fé pública.** (grifos aditados)*

Neste ponto, cabe gizar que, quando ausente o nome do candidato na lista de filiados, a comprovação da tempestiva e regular filiação partidária a que se refere à súmula acima citada, deve ser indene de dúvidas, não consubstanciando tal possibilidade uma carta branca para que se possa alcançar de forma oblíqua o preenchimento de uma condição de elegibilidade.

Registre-se, ainda, que a recorrente não requereu em tempo a inclusão do seu nome em lista especial do partido, a teor do § 2º do art. 19 da Lei nº 9.096/95 e do cronograma estabelecido pelo Provimento nº 9/2016 da Corregedoria Regional Eleitoral – CGE.

À vista dessas considerações, por não restar suficientemente demonstrada a filiação partidária da recorrente, deve ser mantida a sentença em sua integralidade, razão pela qual, em harmonia com o parecer ministerial, nego provimento ao recurso.

É como voto.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 28 de setembro de 2016.

**Fábio Alexsandro Costa Bastos**  
**Juiz Relator**